

## Documento resumo da reunião entre a Reitoria - Sr. Reitor e Sr. Vice-reitor para a Investigação e Cultura - e o Grupo informal de Investigadores da UAlg

---

Às 11h da manhã do dia 30 de outubro de 2023, a pedido de um grupo alargado de investigadores da UALG, estes reuniram-se na sala de seminários da reitoria com o Exmo. Sr. Reitor, Dr. Paulo Águas, e Exmo. Sr. Vice-reitor para a Investigação e Cultura, Dr. Nuno Bicho.

O Sr. Reitor dá início à reunião e agradece o envio das perguntas/guião. Sugere seguir o guião, dizendo que, se surgirem outras questões ou houver necessidade de clarificações ao guião, poderá dar essas informações depois. De seguida lê a agenda entregue pelos investigadores e aprova que os investigadores façam a acta/resumo, e diz que "compra o nosso caderno de encargos".

*[Assim, de seguida apresentam-se, por ordem, as várias perguntas incluídas no guião enviado à Reitoria antes da reunião, assim como as respostas dadas e diálogo associado.]*

### Secção 1 - Abordagem Estratégica da UAlg

#### 1. Quantas candidaturas ao programa FCT Tenure a UAlg planeia submeter?

O Sr. Reitor e o Sr. Vice-reitor respondem que haverá apenas 1 candidatura por edição. [A Universidade só pode fazer uma candidatura por edição. O número de posições é outra questão - ver abaixo].

#### 2. Quantas posições estão previstas por centro de investigação?

O Sr. Reitor diz que serão os centros de investigação a propôr as posições que querem, demonstrando a sua disponibilidade para cobrir os encargos. Diz ainda que existem várias dotações no Ministério [da ciência, tecnologia e ensino superior, MCTES], uma das verbas é atribuída à ciência e tecnologia, através da FCT [Fundação para a Ciência e Tecnologia] e a outra é para ensino, e é atribuída às instituições de ensino superior. O Sr. Reitor diz que orçamento da FCT rondará os 300 milhões de euros. A Isabel Duarte refere que no OE estão orçamentados 1000 milhões para investigação e ciência, e 3 mil milhões de total para a ciência e o ensino superior. O Sr. Reitor reforça que há 2 canais: o da investigação e o da educação.

A ministra/ministério diz que os centros vão ser financiados para suportar o FCT tenure: no 1º triénio, o conjunto de posições para investigação será financiado 2/3 diretamente pela FCT e 1/3 indiretamente pela FCT, com os fundos canalizados para o financiamento dos centros.

O Sr. Vice-reitor reconheceu que ainda não começou a falar com os centros uma vez que o projeto de regulamento é ainda um projeto, sendo que a FCT deu recentemente maior prioridade

ao regulamento de avaliação dos centros, pelo que o foco no programa FCT tenure "parece ter ficado esquecido". Acrescenta ainda que, apesar de existirem críticas importantes ao projeto, acredita que este irá avançar sem grandes mudanças ao proposto atualmente. A Isabel Duarte diz que estamos unanimemente de acordo com o FCT tenure, como primeira oportunidade de enraizar emprego científico em Portugal, referindo também que a proposta do CRUP poderá ter alguns pontos menos equitativos por não considerar todas as tipologias de contrato. O Sr. Reitor responde que essa leitura é legítima, mas que terá que se considerar o que cada instituição fará com a proposta final, e a UALG em particular.

### **3. Indiquem por favor, clara e objetivamente, quais os critérios que irão orientar a determinação da área científica/temática e do número de candidaturas por centro de investigação.**

O Sr. Reitor diz que são os centros que determinarão esses critérios, reportando à reitoria que depois os validará. Terá que existir bom senso por parte dos centros, mas a Universidade não pode definir algo que não lhe compete. O Sr. Reitor diz ainda que, talvez, estas posições devessem ser com a FCT. Refere ainda um artigo no jornal Público do reitor da Universidade do Porto a realçar o pouco financiamento das instituições, e diz que isto também é uma estratégia concertada para que a ministra consiga pedir mais financiamento para as IES por parte do governo.

### **4. Como serão distribuídas as candidaturas entre posições de investigação e de ensino?**

O Sr. Reitor responde que as posições de investigação serão propostas pelo centros de investigação dentro da UAlg, com concursos internacionais, em função das suas linhas estratégicas e necessidades, e que serão os centros a avaliar as candidaturas. As posições de ensino serão propostas pelas unidades orgânicas (UO), em concertação com os centros, de acordo com as necessidades para as posições de ensino. Essas já não serão pagas pelos centros, mas sim pela UAlg, porque seriam uma pressão tremenda sobre os centros.

Tendo como enquadramento os concursos de docência que a UALG já tem previstos para abrir nos próximos anos, o Sr. Reitor informa que desde 2018 temos 62 concursos autorizados para as UO; destes, 26 estão concluídos, 20 estão já em curso, e há 16 com editais ainda não publicados. Esses 62 concursos têm sido definidos pelas UO em função das suas necessidades, incluindo também algumas áreas (como a Educação, por exemplo) em que os investigadores têm menos probabilidades de ser candidatos (ou seja, parte destes concursos não serão em áreas para as quais podemos concorrer, mas outros serão).

Alguns dos investigadores UAlg puderam concorrer em concursos anteriores e 3-4 foram contratados nesse processo. A Isabel Duarte, refere que estes 62 concursos foram todos para docência, houve apenas 3 investigadores colocados pelo programa de regularização PREVPAP, mas nenhum concurso foi aberto para investigação de carreira.

O Sr. Reitor informa que a dotação para a função de ensino (professores que também fazem investigação) cobre menos de 90% da massa salarial da UALG (i.e., não chega a cobrir 90% dos custos com docentes e não docentes). Desde 2018, saíram 79 docentes (correspondendo a

aprox. 13 saídas/ano), estando previstas a saída de mais 60 docentes (algumas por aposentações e outras não). A instituição tem que criar as condições para contratar igual número de professores.

Refere ainda o Sr. Reitor, que, de acordo com o ministério, a nossa Universidade está sobre-financiada, por isso o Ministério alega que só deveríamos receber 85% do que recebemos (UALG). Dos acréscimos que o MCTES vai dar, a UALG só vai receber 70% desses acréscimos (os outros 30% são para as instituições consideradas sub-financiadas). A UALG não está classificada como sub-financiada, o que significa que nos próximos 4 anos não será fácil contratar o mesmo número de professores que sai, mas qualquer aumento na dotação do OE de que a UAlg beneficie irá para despesas com pessoal

Dos 62 concursos [já autorizados] desde 2018, 13 são CEEC institucionais de carreira para docência, com financiamento de 50% pela FCT durante 6 anos. Durante esses 6 anos, o docente pode dar um máximo de 180 horas de aulas/ano (6 horas semana, 30 semanas); findos os 6 anos (regime experimental), o docente passa a definitivo e a ter uma carga letiva idêntica aos restantes docentes (até 270 horas anuais), passando a UO a suportar esse encargo. As UO têm pequena dimensão e não têm autonomia financeira, pelo que a UAlg procura a melhor distribuição de recursos – o processo é dinâmico. O aumento da massa salarial não é igual em todas as UO porque nem todas têm, por exemplo, o mesmo número de alunos. Planeamos ter cerca de 60 posições de docência, num primeiro momento serão distribuídas pelas UO em função das suas necessidades e não em função do FCT tenure, escalonados ao longo dos próximos 4 anos. Se for possível compatibilizar com o FCT tenure, há vantagens porque nos primeiros anos a UO só comporta 1/3, embora o professor fique com a carga máxima de 4h semanais (O Sr. Reitor refere que não é consensual pois o ECDU recomenda um mínimo de 6h). No 2º triénio a UO suporta 2/3 (a 4h semanais) e findos os 6 anos a UO suporta a totalidade, já com as 9 horas semanais de carga letiva. Os investigadores podem optar por concorrer ou não às posições de docência (ou FCT tenure de docência parcial, que serão abertos pelas UO), ou às eventuais posições FCT tenure de investigador pelos centros, mas reforça que ambos os tipos serão não precários e com forte componente de investigação.

O Sr. Vice-reitor informa que, segundo as estatísticas SINEA da UAlg, em 2022/23, 53-54 investigadores contratados deram aulas, resultando em 2500 horas/ano e que estes números têm sido estáveis ao longo dos últimos anos. Compromete-se ainda em enviar o detalhamento destes dados ao grupo. [Já foi enviado e os dados encontram-se na *shared spreadsheet*]. Assim, admite que os investigadores que têm estado mais envolvidos na atividade de ensino poderão escolher a opção FCT tenure-ensino. Uma vez que já há pessoas a lecionarem 50-60h significa que correspondem a uma necessidade real da UO e se há aposentações, parece natural que a UO escolha a FCT tenure em áreas asseguradas pelos investigadores (mas em concursos internacionais). Nada será feito sem o nosso conhecimento e do centro de investigação.

Antes de avançar para a quinta pergunta, a Nélia Mestre pergunta o que se fará com as propostas dos centros de investigação, se pedirem demasiadas posições, e qual a estratégia para cobrir as suas necessidades. O Sr. Reitor diz que em relação às UO (i.e., posições para docência) conhecem-se bem as necessidades, associadas ao número de alunos que as UO conseguem manter. Em relação à componente de investigação, a situação não é clara. Diz que

seria totalmente irresponsável da sua parte responsabilizar-se pelos fundos anuais dos centros, porque são os centros que os conseguem ganhar. Há um valor muito reduzido que é programático (i.e., plurianual), sendo os restantes fundos conseguidos de outra forma (e.g., centros vão buscar a projetos). O Sr. Vice-reitor sugere que neste momento teriam de "fazer futurologia", i.e., não sabem os financiamentos que se vão conseguir pelos centros, mas têm que prosseguir com os contratos. Terá que haver um equilíbrio entre um risco muito grande ou apenas algum risco. Diz que obviamente que a UALG correrá algum risco. A Mafalda Rangel pergunta qual o risco que a UALG está disposta a correr, ou seja qual o número de posições de investigadores que a UALG está disponível para abrir. O Sr. Reitor diz que vai concorrer e claro que isso acarreta risco, não ter risco era não concorrer.

O Sr. Reitor reitera ainda que concorrerão ao máximo de posições possíveis. Nos CEEC institucionais, a UALG conseguiu 22 posições em 717 das duas edições, o que equivale a 3,3% (2.5% e 3.9% em cada uma das edições). As posições do FCT tenure não ficarão muito longe dos 3%, ou seja, 30 posições [de um total de 1000 disponíveis]. Dessas 30, não sabem ainda se 50% será para professores ou investigadores, mas o Sr. Reitor refere que para minimizar o risco vão tentar maximizar o número de posições de docência.

Nesta fase da reunião, enceta-se uma breve discussão sobre a problemática do facto de a FCT estar a financiar posições de docência, quando a FCT tem por missão financiar a ciência. Os Sr. Reitores dizem que compreendem a preocupação mas referem que essa decisão não é da sua responsabilidade. O Sr. Reitor diz ainda que o CRUP tem pouco impacto nas decisões do ministério. A Isabel Duarte diz que a proposta do CRUP representa uma sondagem de como os Sr. Reitores pensam lidar com as dificuldades. Diz ainda que o ensino tem dotação associada ao número de alunos, mas que a nossa questão tem a ver com a investigação, que é importante para as universidades, e como nós nos podemos mobilizar para maximizar o aproveitamento dos fundos, em articulação com a UAlg. O Sr. Reitor afirma que a mobilização deve ser feita através dos centros. A Isabel Duarte pergunta qual a estratégia da UAlg para a investigação e o Sr. Reitor lembra que em dois anos haverá eleições, e portanto, tudo pode mudar. O Hugo Oliveira pergunta se há alguma fórmula para distribuir o risco pelas UO, e como se vai processar a distribuição entre UOs, e até entre centros, se há alguma baliza. O Sr. Reitor responde que neste momento é uma fantasia dizer quantos contratos serão para a investigação e para a docência. Esse envolvimento e colaboração entre investigadores e UALG será através dos centros. O Sr. Reitor diz-se ainda disponível para conversar com os investigadores e centros, e diz que não vai enviar uma candidatura sem primeiro falar com os investigadores (aqui refere estar a responder a uma pergunta posterior).

Ainda antes de passar à pergunta seguinte, o Sr. Reitor diz que o FCT tenure poderá resultar na abertura de umas 10 posições para docência, dentro de uma expectativa de um total de 25 a 30 posições no total. Se a docência reduz o risco e puder ter 12 em vez de 10, avança com 12. Mas ambos os Sr. Reitores dizem que possivelmente haverão mais posições/candidaturas para investigadores do que para docentes.

A Rita Domingues pergunta o que acontecerá se o centro não conseguir garantir a posição de investigador no futuro. O Sr. Reitor diz que o posto de trabalho não se extingue e espera que o investigador fique motivado e disponível para angariar financiamento para pagar o seu salário; o Sr. Vice-reitor disse que vão ter de assumir um risco. Daqui a 6 anos passa a ser um custo

estrutural, financiado tendencialmente pelos centros (i.e., projectos e plurianual). O Sr. Vice-reitor diz que só há duas fontes de financiamento: ou o financiamento para as aulas, ou o financiamento para a ciência. Se um centro acabar, ou não tiver montante para pagar salários, a UALG terá que se responsabilizar, mas espera que o investigador possa colaborar para angariar financiamento de uma forma ou outra para ajudar.

A Vera Aldeias diz que faz parte do conselho científico da FCT (Fundação para a Ciência e Tecnologia) e que perguntou à FCT se vai reforçar o financiamento aos centros para que possam cobrir a sua parte no FCT Tenure, e a FCT respondeu que não - não irão atribuir mais verba nesta avaliação. Relembra que os centros não estão atualmente a pagar estes salários e que passarão a ter que fazê-lo. O Sr. Vice-reitor diz que o regulamento põe o peso nos centros, e diz que proposta do CRUP vai nesse sentido, pedindo o aumento da dotação orçamental. A Adriana Guerreiro perguntou se a Reitoria estaria disponível para renegociar os *overheads* com os centros para que estes pudessem usar alguma dessa verba para pagar aos investigadores. O Sr. Vice-reitor diz que o que se consome/gasta (em termos de *overheads*) é mais ou menos o que se traz (pagamentos à UALG), e que por isso, essa renegociação não iria mudar grande coisa. O Sr. Vice-reitor diz ainda, que se poderia distribuir os *overheads* de forma diferente entre centros consoante o que cada um traz e gasta, mas acha que essa estratégia não iria resolver o problema de financiamento dos centros e que os iria desequilibrar.

##### **5. Na perspectiva da Reitoria, que tipos de contratos de investigadores da UALG (NT, CEEC Ind, CEEC Inst, Doutorados contratados por projetos, ...) são elegíveis para o programa FCT-Tenure?**

O Sr. Reitor diz que todos os investigadores são elegíveis. Diz ainda que a UALG gosta muito de nos ter por cá. Existem cerca de 80 investigadores na UALG; em cada ano alguns saem e outros entram, mas 80 é mais ou menos a média. Ao longo dos anos, os nomes têm variado mas alguns mantêm-se. Ao definirem o perfil dos candidatos, os centros irão condicionar as pessoas que podem ser contratadas. Mas para a UALG, a prioridade vai para aqueles que estão a terminar os contratos. Há 2 grandes grupos de contratos da norma transitória (NT): os assinados em outubro de 2018 e em fevereiro de 2019. As pessoas destes grupos já têm algum percurso na instituição e como vão terminar em breve, a Reitoria está "naturalmente" mais preocupada com esses. Alguém refere que é injusto a maior atenção dada a algumas tipologias de contrato. O Sr. Vice-reitor diz que está preocupado com os 78 mas que, pensando nas pessoas, está mais preocupado com os que acabam daqui a menos de um ano (contratos assinados em outubro em 2018).

A Rita pergunta se os centros podem propor quem quiserem, e o Sr. Vice-reitor diz que sim, com a validação final pela Reitoria. O Sr. Reitor antecipa que se os centros propuserem um número de posições excessivo, irá propor a redução desse número, dando prioridade aos mais seniores (quem tem os contratos a terminar em breve). Diz que usa os NTs como proxy dos investigadores com quem a UALG se preocupa mais (porque há um grande grupo que termina simultaneamente – mais à frente refere que são 3, excluindo os do CCMAR [mesmo os contratados pela UALG pela NT]). A Isabel Duarte diz que nós não teríamos nada contra esse critério se houvesse continuidade na abertura de contratos, mas que não há nenhuma política que nos garanta que esta abertura de um grande número de contratos como os do FCT tenure

(1000+400) se mantenha. Mas que já consideraria sustentável se abrissem 400 posições anualmente ou de 2 em 2 anos como está previsto. O Sr. Vice-reitor dá o exemplo: no ICArEHB têm 25 investigadores, há um conjunto de NTs, outros contratados através do processo de financiamento do centro pela FCT, outros contratados por outros financiamentos do centro e outros através de vários projectos (3 e 5 anos). Pergunta se seria razoável pedir contratos sem termo para os 25; ao qual a Rita Carrasco responde que sim, havendo depois uma breve discussão com vários intervenientes, onde se reforça que todos somos investigadores precários há demasiados anos, e que seria da mais elementar justiça termos acesso a contratos sem termo.

#### **6. Qual a percentagem dos pagamentos salariais que a UAlg planeia solicitar aos centros de investigação?**

O Sr. Reitor disse que no primeiro triénio a universidade apoiará os centros com 50% do 1/3 que cabe à instituição pagar [ou seja 1/6 do salário total]. Disse ainda que no dia seguinte (dia 31 de outubro de 2023) haverá uma reunião com os diretores dos centros, para os quais foram enviados dois documentos relativos à agenda de trabalhos: o FCT tenure e um documento com as horas de docência que os seus investigadores dão na universidade. A universidade pretende pagar aos centros as aulas que os seus investigadores estão a assegurar, para desta forma apoiar os centros no primeiro triénio de contratação FCT tenure. Esta decisão prende-se com o facto de que cada UO teria que contratar docentes convidados se não tivesse os investigadores disponíveis para dar essas aulas. Nalguns centros, o valor transferido pela UALG poderá ultrapassar os 50% de apoio (do 1/3 que cabe à instituição), pois irá depender do número de horas dadas pelos seus investigadores. Números redondos, o reitor diz que estamos a falar cerca de 300 mil euros - o valor das aulas dadas pelos investigadores da UALG -, mas ainda não contempla valores para a orientação de teses (mas refere que pode ser uma ideia a pensar no futuro se a sugerirmos).

A Mafalda Rangel pergunta como é que esta transferência se aplica ao CCMAR, tendo referido que os investigadores do CCMAR contratados pela norma transitória são funcionários da UAlg e contribuem significativamente para esta com publicações, projetos, orientações e aulas. O Sr. Reitor diz que o tratamento será igual, e que, portanto, o valor relativo às aulas dadas pelos investigadores sairá da respectiva UO para o centro, mediante um acordo futuro entre CCMAR e UAlg. O Sr. Reitor também diz que nas candidaturas têm de se identificar as unidades de investigação, e como o CCMAR é independente e autónomo, não irá ser considerado para a candidatura da UALG à FCT-tenure na modalidade de investigação, presumindo que o CCMAR fará também uma candidatura à parte.

O Sr. Vice-reitor diz que os lugares que poderão ser abertos pela UAlg para o CIMA poderão vir a ter muitos candidatos do CCMAR (ou de fora) por serem de área semelhante [do mar].

**7. No caso de um eventual atraso no programa FCT-Tenure, existe um plano de contingência para os contratos de investigação que possam terminar entretanto? [Por exemplo, os contratos "em fase terminal" podem ser prolongados (por exemplo, por um ano) até à aplicação do FCT-Tenure? Esta sugestão foi alguma vez contemplada (por exemplo, pelos órgãos de governação da UAlg ou pelo CRUP)?]**

O Sr. Reitor diz que esta estratégia está condicionada pela candidatura que a UALG fará e pelos seus resultados. Estão particularmente preocupados com os 3 investigadores da norma transitória [para além dos do CCMAR] que terminam em outubro de 2024, pelo que irão estudar possíveis soluções se essas possíveis candidaturas se atrasarem. Se a candidatura não tiver o perfil das pessoas que terminam em outubro, a UALG não irá fazer nada, se tem esse perfil, a UALG abrirá esse concurso, mas até lá nada pode fazer. Os que terminarem entretanto poderão ter prioridade para serem contratados, mas atualmente não há garantias de extensão.

A Isabel Duarte lê algumas frases da proposta do CRUP, e refere que a preocupa as prioridades serem para os da NT, realçando que os contratos terão de ser internacionais. Os Srs. Reitores dizem que sabem disso e que irão seguir a legislação. O Sr. Vice-reitor diz que se as universidades tiverem de contratar pessoas que não sejam elegíveis para co-financiamento pelo FCT tenure, vão estar em apuros. A Isabel Duarte diz que é elegível a co-financiamento qualquer pessoa que tenha tido um contrato precário (ou bolsa posdoc) com a FCT. O Sr. Vice-reitor pergunta [retoricamente] se a UALG deveria abrir posições adicionais para os investigadores que têm contratos precários na instituição se pessoas não elegíveis a co-financiamento ganharem os contratos internacionais, e responde prontamente que deveria mas não o pode fazer, porque não é possível financeiramente. O Sr. Reitor diz ainda que tem confiança nas nossas candidaturas.

**Secção 2 - Números Oficiais | Solicitamos cordialmente os seguintes dados oficiais:**

**8. O número total de contratos a termo de investigadores, incluindo as respetivas datas de término.**

O Sr. Vice-reitor diz que irá enviar por email. *[Foi enviado por email para os subscritores do email final. Já se encontram colocados na shared spreadsheet na Google Drive].*

**9. Dados sobre o número de horas de aulas ministradas por investigadores, bem como o número de mestrandos e doutorandos orientados/co-orientados por investigadores.**

Os Srs. Reitores dizem que vão enviar informação em número de horas, não por centro (quem dá), mas por quem recebe (UO), referindo que em 2023 os investigadores contribuíram com mais de 2500 horas lecionadas às UO da UAlg.

**10. Dados oficiais relacionados com o número de aposentadorias de docentes previstas para os próximos seis anos. [Propomos que o número de contratos FCT Tenure, sejam no mínimo iguais ao número de professores aposentados, atenuando desta forma algumas das**

preocupações relacionadas com a sustentabilidade financeira do programa. Propomos, portanto, que a UAlg encare o programa FCT-Tenure como mais um instrumento válido e sustentável para renovar parcialmente as posições que ficarão vagas devido à expectável reforma dos professores (apesar do limite de 4h/semana de lecionação).]

Reitor diz que estão estimadas 60 saídas de pessoas nos próximos anos *[já mencionado anteriormente (ver acima)]*.

### Secção 3 - Posição do Gabinete do Reitor sobre a Proposta do CRUP

**11. Solicitamos que a Reitoria apresente a sua perspetiva relativamente à proposta apresentada pelo CRUP, nomeadamente, no que se refere à diminuição do número de posições a abrir em 2024 (apenas 800 posições em vez das 1000 previstas), num programa único, seguido por programas semelhantes ao FCT-Tenure (de abertura bienal).**

O Sr. Reitor diz que o que conta é o que diz o programa FCT tenure, porque o CRUP raramente consegue ter uma proposta sua acatada. A UALG pretende concorrer com 25-30 posições (das 1000 totais) que vão abrir. Diz que talvez concorram a mais (ainda não é certo), mas acham que só conseguem ganhar à volta desse número. O Sr. Vice-reitor diz que dependerá muito dos centros; cada posição depende do perfil do candidato e para se ganhar o co-financiamento da FCT, a posição tem de ser boa.

O Sr. Vice-reitor diz que a UALG está formalmente responsável pelo despacho ERC, que diz que se um investigador UALG ganhar um ERC tem de ser contratado pela UALG, e sugere que nos candidatemos à ERC. O Sr. Reitor diz que [no documento de auscultação da FCT às entidades], a UALG referiu que ia abrir 12 posições só para ter uma estimativa aproximada do valor, mas que pretende candidatar-se a mais posições. O Sr. Vice-reitor diz que se a UALG tiver de cortar algumas posições vai ter em atenção o número de contratos a terminar. A decisão final será da equipa reitoral. A Adriana Guerreiro sugere à equipa reitoral criar já um documento guião para a candidatura, para ajudar nas propostas dos centros. A Custódia Gago do MED (UÉvora) pergunta se as unidades de gestão (polos na UAlg) terão o mesmo tratamento que os restantes centros da UAlg. O Sr. Reitor diz que não lhe parece que se deva ser desigual entre unidades de gestão. O Sr. Vice-reitor diz que há unidades de gestão que trazem *overheads* muito limitados, e portanto serão considerados de forma diferente dos centros da UAlg.



**12. A UAlg concorda com esta proposta em duas fases? Em caso afirmativo, quais seriam os critérios de seleção dentro da UAlg para essas 800 posições, e quantas candidaturas caberiam à UAlg?**

*[A pergunta não foi lida nem respondida. Provavelmente respondida anteriormente – ver resposta anterior]*

Antes de passar às perguntas seguintes, a Isabel Duarte pergunta: de 0 a 100 qual o valor de importância que a UALG atribui aos investigadores? Os Srs. Reitores dizem que a todos são importantes, e que a investigação é muito importante e central para a UALG, que a limitação é só financeira, e que há 100% de reconhecimento pela UALG da importância dos investigadores, não se podendo abdicar da investigação. O Sr. Vice-reitor diz que não se pode abdicar de 1 investigador e o Sr. Reitor diz que agora é o Sr. Vice-reitor que não está a ser realista, pois um investigador para ficar tem de ter qualidade. A Rita pergunta o que aconteceria à UALG se os investigadores deixassem de orientar teses (fizessem greve às aulas), ao qual o Sr. Reitor responde que isso teria algum impacto (em algumas áreas grande), mas que isso não iria paralisar a universidade.

#### **Secção 4 – Envolvimento e colaboração**

**13. Na qualidade de investigadores da UAlg, e parte interessada na boa prossecução deste processo, como podemos participar ativamente nas tomadas de decisão que conduzirão à candidatura ao FCT-Tenure?**

*[A pergunta não foi lida nem respondida. Provavelmente respondida anteriormente – ver respostas acima]*

**14. Que oportunidades existem para colaborarmos e contribuirmos para a expansão e execução equitativa do programa FCT-Tenure na UAlg?**

*[A pergunta não foi lida nem respondida. Provavelmente respondida anteriormente – ver respostas acima]*

#### **Secção 5 - Investimento em Instalações e Capacitação Científica**

**15. Solicitamos mais informações sobre a estratégia da UAlg para os próximos 5 a 10 anos no que diz respeito ao investimento em instalações de investigação e ao reforço da capacidade instalada.**

O Sr. Reitor diz que a área disponível para investigação na UALG é cerca de 1000 m<sup>2</sup>, ou seja 25% da área total da UALG. O programa [PO2030] não financia instalações para investigação. Está prevista a construção de um edifício na continuação do Complexo Pedagógico, que será o edifício digital (edifício 4 b). Uma parte do edifício 1 e a informática poderão mudar-se para esse novo edifício, podendo alocar-se mais espaço à investigação nos seus edifícios originais. Daqui a uns 10 anos poderá haver um hospital central do Algarve e a medicina poderá preferir

mudar-se para lá. A prazo poderá haver mais espaço para a investigação com base nesta reorganização, mas a curto prazo e sem financiamento não haverá construção nova.

Por volta das 13h, a Mafalda Rangel despede-se, agradecendo e dizendo que estamos disponíveis para colaborar e ajudar, assim como esperamos que a Reitoria esteja. Os Srs. Reitores reforçam a sua disponibilidade e despedem-se também.